



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Voto e políticas públicas: maior competitividade eleitoral em municípios aumenta os gastos públicos?
<b>Autor</b>	LIDIA NICOLE DOS SANTOS TEN CATE
<b>Orientador</b>	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

## **Voto e políticas públicas: maior competitividade eleitoral em municípios aumenta os gastos públicos?**

Lidia Nicole Ten Cate <sup>1</sup>

André Marenco <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto que a competição nas eleições para gestões municipais brasileiras tem sobre o comportamento dos gestores nos gastos e políticas públicas locais. Downs (1999) pontua que, na disputa por votos, são consideradas não só as funções de utilidade dos eleitores, mas também as propostas dos oponentes. Dessa forma, o governo tem um aumento de gastos dentro dos limites de financiamento, na busca pela maximização de apoio político. Dahl (1971) chama atenção para possibilidades de configurações institucionais com alto grau de competição em nível federal, e, em contrapartida, a existência de bases tradicionais que concentram poder em níveis subnacionais. Sendo assim, é necessário que se avalie o grau de competição nos municípios, pois não há viabilidade de se usar dados de nível federal para fazer inferências a outras esferas. Para análise de dados, são realizados dois planos. No primeiro, são utilizados como variáveis independentes: a continuidade de um mesmo partido na prefeitura nas trocas de gestão, abrangendo eleições de 2000 a 2016; a proporção de votos obtidos ao se lograr tal cargo; o alinhamento partidário com governo federal e estadual; e a porcentagem de cargos de confiança. O objetivo é indicar se há concentração ou dispersão de poder político municipal. Após expor o nível de competição, o segundo plano de análise pretende diagnosticar em que medida o grau de competição se relaciona com o gasto público, tanto em contexto social quanto administrativo. A literatura tem avançado na evolução dos arranjos de governança e na análise comparada do funcionamento do ente municipal, mas pouco de fato se sabe sobre os fatores que condicionam os desempenhos dos governos municipais no Brasil (CAVALCANTE, 2013). Para verificar uma possível correlação entre ambos os planos, serão usados como variáveis dependentes, indicadores fiscais de receita e despesas orçamentárias, tanto totais como por áreas específicas (administração, saúde, educação, segurança pública e assistência social). Como variável de controle, serão usados indicadores demográficos (tamanho do município, índice de Gini e IDH). As informações utilizadas são extraídas de um banco de dados desenvolvido durante a pesquisa, onde se unem indicadores e dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e do TSE, sobre as eleições de 2000 a 2016. A análise das variáveis é realizada com uso do software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS. O trabalho gera resultados que viabilizam uma análise da conjuntura entre a competição e o gasto público, permitindo futuras inferências de como a disputa pelos cargos afeta as políticas públicas à nível municipal, sendo relevante tanto no que se refere a políticas públicas federais implementadas a nível municipal e políticas criadas nesta esfera. Ao projetar o grau de competição em paralelo aos recursos fiscais, sem desconsiderar especificidades relativas a tamanho do município, é possível identificar pontos sensíveis às relações de concentração/dispersão de poder político.

**Palavras-chave:** Competição eleitoral, Gestão municipal, Gasto público.

---

<sup>1</sup> Autora – Graduada de Bacharelado em Políticas Públicas pela UFRGS

<sup>2</sup> Orientador – Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS  
Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)